

ATA NÚMERO 158/XII/2.^a SL

Aos 6 dias do mês de março de 2013, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audição da Deputada ao Parlamento Europeu, Elisa Ferreira, sobre a Análise Anual do Crescimento 2013, no âmbito do Semestre Europeu.
2. Apreciação e votação das atas n.os 152, 153, 154 e 155, referentes às reuniões de 26 e 27 (manhã e tarde) de fevereiro, e 1 de março, respetivamente.
3. Definição da metodologia para apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 119/XII/2.^a (GOV) - Procede à primeira alteração à Lei n.º 103/97, de 13 de setembro, que estabelece o regime fiscal específico das sociedades desportivas.
4. Definição da metodologia para apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 121/XII/2.^a (GOV) - Aprova a Lei das Finanças das Regiões Autónomas.
5. Apreciação e votação do Relatório sobre a Petição n.º 9/XII/1.^a, de iniciativa de Manuel João de Freitas Pita e outros: Solicitam que sejam retomadas, com urgência, as negociações com a Comissão Europeia que visam alterar o regime de benefícios fiscais aplicável à Zona Franca da Madeira.
Relator: Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD).
6. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 243/XII/2.^a, de iniciativa de José Alexandre Marques Correia: Solicita que seja criada legislação no sentido de permitir taxar o direito à cidadania portuguesa para cidadãos que pagam IRS no estrangeiro.
Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.
7. Apreciação do relatório da audiência concedida à Associação Nacional das Empresas do Comércio e da Reparação Automóvel.
8. Definição do prazo para apresentação das propostas de alteração à Proposta de Lei n.º 124/XII/2.^a (GOV) – Procede à sétima alteração à Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto.
9. Outros assuntos.

1. Audição da Deputada ao Parlamento Europeu, Elisa Ferreira, sobre a Análise Anual do Crescimento 2013, no âmbito do Semestre Europeu.

O Senhor Presidente iniciou os trabalhos dando as boas vindas à Senhora Deputada ao Parlamento Europeu, Elisa Ferreira, relatora no Parlamento Europeu para a Análise Anual do Crescimento, bem como de diversas iniciativas do *six-pack* e do *two-pack*. Deu, ainda, as boas vindas aos membros das Comissões de Assuntos Europeus e de Segurança Social e Trabalho presentes, em particular os seus Vice-Presidente e Presidente, respetivamente, após o que enquadrou a audição no âmbito do Semestre Europeu e o acompanhamento contínuo que a Assembleia da República – e, em particular, as Comissões presentes na audição – têm vindo a efetuar ao Semestre Europeu e às iniciativas dele constantes, em particular a recente Semana Europeia. Nestes termos, passou a palavra à Senhora Deputada ao Parlamento Europeu, Elisa Ferreira, para uma intervenção inicial.

A Senhora Deputada Elisa Ferreira começou por agradecer o convite e dar conta da exigência aos Parlamentos Nacionais e ao Parlamento Europeu (PE) de um maior controlo democrático dos processos orçamentais.

De seguida, efetuou uma alocução inicial, na qual deu conta da iniciativa da Comissão Europeia | Análise Anual do Crescimento no contexto do Semestre Europeu, a par do *six-pack* e do *two-pack*, e das regras instituídas de controlo do processo orçamental para os países da zona euro, apresentando também o trabalho desenvolvido pelo PE nesta matéria, nomeadamente quanto à limitação da intrusão e da promoção do respeito pelo papel dos Parlamentos Nacionais e do PE em matéria de processos orçamentais; deu, ainda, conta, das divergências existentes no PE, nomeadamente em matéria de recomendações a efetuar às instituições europeias. Terminou, considerando que os processos orçamentais nacionais deverão adaptar-se aos novos procedimentos instituídos não só pelo Tratado Orçamental mas também pelo *six-pack* e pelo *two-pack*.

O Senhor Presidente agradeceu a intervenção da Senhora Deputada Elisa Ferreira, recordando o acompanhamento que a COFAP – bem como a CAE, no seu âmbito de competências – tem efetuado ao Semestre Europeu, nomeadamente pelas suas repercussões nos processos orçamentais nacionais, e nomeadamente na própria Lei de Enquadramento Orçamental, atualmente em processo de alteração na Comissão.

O Senhor Presidente abriu, de seguida, o debate, tendo intervindo os Senhores Deputados João Galamba (PS), Nuno Matias (PSD) e João Pinho de Almeida (CDS-PP). A Senhora Deputada Elisa Ferreira respondeu, em bloco, às questões colocadas.

O Senhor Presidente agradeceu todas as informações e esclarecimentos prestados pela Senhora Deputada Elisa Ferreira, tendo de seguida suspenso os trabalhos.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata. A documentação referente à Análise Anual do Crescimento, o relatório da Senhora Deputada Elisa Ferreira, a apresentação efetuada, a gravação e outras informações podem ser consultadas no [portal internet](#) da Comissão.

2. Apreciação e votação das atas n.os 152, 153, 154 e 155, referentes às reuniões de 26 e 27 (manhã e tarde) de fevereiro, e 1 de março, respetivamente.

As [atas n.º 152, 153, 154 e 155](#), referentes às reuniões de 26 e 27 de fevereiro e 1 de março, respetivamente, foram aprovadas por unanimidade, verificando-se a ausência do PCP e do BE.

3. Definição da metodologia para apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 119/XII/2.ª (GOV) – Procede à primeira alteração à Lei n.º 103/97, de 13 de setembro, que estabelece o regime fiscal específico das sociedades desportivas.

A propósito do processo de apreciação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 119/XII/2.ª \(GOV\)](#), o Senhor Presidente recordou a deliberação ocorrida em reunião anterior da COFAP, de constituição de um Grupo de Trabalho (GT) conjunto com a 8.ª Comissão, cabendo ao Grupo Parlamentar do PS a coordenação. Foi recordado o prazo para apresentação de sugestões de audições, tendo ainda sido deliberado, por sugestão do Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD), subscrita por todos os Grupos Parlamentares, que o GT deveria realizar também (além das audições) a preparação da votação na especialidade, sem prejuízo da capacidade deliberativa conferida ao plenário da Comissão. Foi, enfim, decidido que a votação na especialidade se realizaria em reunião conjunta da COFAP e da 8.ª Comissão.

4. Definição da metodologia para apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 121/XII/2.ª (GOV) - Aprova a Lei das Finanças das Regiões Autónomas.

No âmbito da apreciação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 121/XII/2.ª \(GOV\)](#), foi consensualizado proceder à audição dos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas (sequencialmente, das Assembleias Legislativas Regionais e dos Governos Regionais), finalizando com a audição do Governo. Por sugestão do Senhor Deputado Pedro Marques (PS) – merecendo a discordância do Senhor Deputado Honório Novo (PCP) – foi igualmente deliberado proceder à audição do Conselho das Finanças Públicas, tendo em consideração as suas competências nesta matéria.

- 5. Apreciação e votação do Relatório sobre a Petição n.º 9/XII/1.ª, de iniciativa de Manuel João de Freitas Pita e outros: Solicitam que sejam retomadas, com urgência, as negociações com a Comissão Europeia que visam alterar o regime de benefícios fiscais aplicável à Zona Franca da Madeira.**

Relator: Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD).

O Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) apresentou o relatório à [Petição n.º 9/XII/1.ª](#), recordando o objeto dos peticionários e a tramitação da petição, nomeadamente em matéria de dificuldade na obtenção de informação por parte do Governo quanto às pretensões dos peticionários. Em sede de debate, intervieram os Senhores Deputados Rui Barreto (CDS-PP), Honório Novo (PCP), Ricardo Rodrigues (PS) e, em jeito de conclusão, o próprio relator, tendo sido abordada a questão dos regimes fiscais mais favoráveis. De seguida, o relatório foi submetido a votação, tendo sido aprovado com os votos favoráveis de PSD, PS e CDS-PP e a abstenção do PCP, verificando-se a ausência do BE. O Senhor Deputado Honório Novo (PCP) efetuou uma declaração de voto oral, na qual esclareceu que a abstenção se reportava à matéria objeto da Petição, e não ao relatório apresentado pelo relator.

- 6. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 243/XII/2.ª, de iniciativa de José Alexandre Marques Correia: Solicita que seja criada legislação no sentido de permitir taxar o direito à cidadania portuguesa para cidadãos que pagam IRS no estrangeiro.**

Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.

A Comissão deliberou admitir a [Petição n.º 243/XII/2.ª](#), tendo o Grupo Parlamentar do PSD indicado como relator o Senhor Deputado Paulo Batista Santos (PSD).

- 7. Apreciação do relatório da audiência concedida à Associação Nacional das Empresas do Comércio e da Reparação Automóvel.**

O relatório foi favoravelmente apreciado pela Comissão.

- 8. Definição do prazo para apresentação das propostas de alteração à Proposta de Lei n.º 124/XII/2.ª (GOV) – Procede à sétima alteração à Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto.**

O Senhor Presidente recordou ter terminado o processo de audições no âmbito da apreciação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 124/XII/2.ª \(GOV\)](#), após o que foi fixado, a pedido do Senhor Deputado João Galamba (PS), o prazo de 22 de março para a entrega das propostas de alteração.



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

9. Outros assuntos.

Não foram suscitados outros assuntos.

A reunião foi encerrada pelas 13:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 6 de março de 2013

**O PRESIDENTE,
EDUARDO CABRITA**

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Carlos Santos Silva
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Eduardo Cabrita
Elsa Cordeiro
Fernando Medina
Honório Novo
João Galamba
João Pinho de Almeida
José de Matos Rosa
Miguel Frasquilho
Paulo Batista Santos
Pedro Jesus Marques
Sónia Fertuzinhos
Artur Rêgo
Bruno Coimbra
Carlos Silva e Sousa
Hugo Velosa
Jorge Paulo Oliveira
Nuno Serra
Pedro Silva Pereira
Ricardo Rodrigues

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Cecília Meireles
Isabel Santos
Pedro Filipe Soares
Pedro Nuno Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Virgílio Macedo
Nuno Reis